

**TERMO DE REFERÊNCIA CONSULTOR**

<b>Edital 05/2026 – DIGAP</b>	
<b>Título e Código do Projeto</b>	<b>914BRZ1115:</b> Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e do Plano de Ações Articuladas - PAR
<b>Local(s) de Trabalho</b>	Brasília/DF
<b>Período do contrato:</b>	08 meses
<b>Número de vagas:</b>	5 (cinco)
<b>Enquadramento no Prodoc</b>	<b>Atividade 1.3.3</b> Realizar estudo da gestão e operacionalização dos trabalhos da DIGAP para a realização da assistência técnica e financeira dada aos entes subnacionais.

**1 – FINALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

Em conjunto com o Ministério da Educação - MEC, o FNDE tem realizado o alinhamento estratégico de suas ações institucionais, programáticas e administrativas a fim de criar condições institucionais apropriadas à gestão das políticas do referido ministério. No contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR), uma estratégia de assistência técnica e financeira que consiste em oferecer aos entes federados um instrumento de diagnóstico e planejamento de política educacional, capaz de estruturar e gerenciar metas definidas de forma estratégica, contribuindo para a construção de um sistema nacional de ensino, o FNDE propõe avaliar e fortalecer as ações executadas, visando potencializar resultados abrangidos do Programa.

As entregas previstas, com estudos e avaliação sobre o monitoramento das obras repactuadas nos Estados Brasileiros, são estratégicas essenciais para subsidiar a DIGAP no aprimoramento da padronização de fluxos, no fortalecimento dos mecanismos de supervisão e em auxílio para a adoção de medidas de gestão mais eficazes, garantindo a execução qualificada das políticas de apoio educacional. Para a realização dos produtos e resultados esperados, faz-se necessário contratação de consultoria especializada, com expertise em atividades relacionadas a realização de avaliação dos dados da execução física, orçamentária e financeira dos programas e na produção de relatórios, acompanhamento, análise e controle de processos administrativos na área de políticas públicas, no âmbito da Administração Pública Federal, bem como assistência técnica e financeira das ações de programas e projetos educacionais do FNDE/MEC, em especial no Plano de Ações Articuladas – PAR, Programa Pacto pela Retomada de Obras da Educação Básica e Plano de Aceleração do Crescimento – PAC.

Assim, a consultoria contribuirá diretamente para o aprimoramento da gestão da assistência técnica e financeira do FNDE, em conformidade com o escopo do projeto, reforçando a capacidade institucional e beneficiando os entes federados atendidos.

**2 - ENQUADRAMENTO NO PRODOC**

**Resultado 1.3:** Processos de planejamento, implantação, monitoramento e execução das ações de



apoio e assistência técnica e financeira no contexto do Plano de Ações Articuladas, no âmbito da DIGAP, atualizados.

**Atividade 1.3.3** Realizar estudo da gestão e operacionalização dos trabalhos da DIGAP para a realização da assistência técnica e financeira dada aos entes subnacionais.

### 3 - ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS PELO CONSULTOR

#### Consultores 1, 2, 3 e 4

##### Atividades a serem realizadas para o desenvolvimento do Produto A, B, C e D:

**Atividade 1:** Levantar e sistematizar as informações sobre as obras repactuadas no âmbito do Pacto de Retomada de Obras, considerando evolução física, financeira e administrativa.

**Atividade 2:** Realizar diagnóstico avaliativo do monitoramento atualmente empregado, identificando resultados alcançados, desafios e gargalos na execução das obras repactuadas.

**Atividade 3:** Mapear e organizar os mecanismos de controle, supervisão e assistência técnica existentes, visando avaliar sua efetividade junto aos entes federados.

**Atividade 4:** Propor melhorias administrativas e de gestão para o processo de monitoramento, contemplando padronização de fluxos, uso de painéis de acompanhamento e ações preventivas.

**Atividade 5:** Promover reuniões de alinhamento com as áreas técnicas envolvidas, de modo a coletar informações, validar diagnósticos e consolidar propostas apresentadas no documento.

#### Consultor 5

##### Atividades a serem realizadas para o desenvolvimento do Produto A, B, C e D:

**Atividade 1:** Levantamento dos empenhos realizados aos entes federados relacionados aos anos e programas específicos, conforme detalhado em cada documento do cronograma de entregas;

**Atividade 2:** Elaboração de base de dados com a relação de empenhados realizados por Estado e Região;

**Atividade 3:** Propor uma metodologia de análise (quantitativa e qualitativa) para mensuração dos empenhos e cálculo dos percentuais frente ao total de investimento;

**Atividade 4:** Estruturar o documento com as seguintes seções:

- Introdução e contextualização;
- Metodologia;
- Resultados e análises (com tabelas, gráficos e mapas);
- Conclusões e recomendações técnicas;
- Anexos com consolidados de dados e fontes.

**Atividade 5:** Realizar encontros e/ou reuniões de alinhamento com a área técnica envolvida, de modo a coletar informações, validar diagnósticos e consolidar propostas apresentadas nos documentos.

### 4 - CRONOGRAMA DE ENTREGAS

#### Consultor 1 (CGIMP)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
--------------------	--------------------

Documento técnico A, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado da Bahia, com foco no monitoramento das obras repactuadas, apresentando diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	40 dias
Documento técnico B, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado do Ceará, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	115 dias
Documento técnico C, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Amazonas, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	175 dias
Documento técnico D, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Paraíba, com foco no monitoramento das obras repactuadas diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	230 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

#### Consultor 2 (DIGAP)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico A, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Maranhão, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	40 dias
Documento técnico B, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Rio Grande do Norte, com foco no monitoramento das obras repactuadas e	115 dias

diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	
Documento técnico C, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Minas Gerais, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	175 dias
Documento técnico D, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Rio Grande do Sul, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	230 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

### Consultor 3 (DIGAP)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico A, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Pará, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	40 dias
Documento técnico B, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado do Goiás, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	115 dias
Documento técnico C, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Pernambuco, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na	175 dias

execução.	
Documento técnico D, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado do Mato Grosso, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	230 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

#### Consultor 4 (DIGAP)

Parcela/Descritivo	Data para Entrega*
Documento técnico A, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado Mato Grosso do Sul, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	40 dias
Documento técnico B, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado Amapá, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	115 dias
Documento técnico C, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Santa Catarina, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	175 dias
Documento técnico D, contendo estudo avaliativo das ações do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, especificamente para o Estado Piauí, com foco no monitoramento das obras repactuadas e diagnóstico da evolução física e financeira dessas obras, sistematizando informações de acompanhamento e gestão, incluindo propostas de fortalecimento dos mecanismos de controle, supervisão e apoio técnico aos entes federados, visando maior eficiência, transparência e efetividade na execução.	230 dias

\* O número de dias é contado a partir da assinatura do contrato.

**Consultor 5 (CGDEN)**

<b>Parcela/Descritivo</b>	<b>Data para Entrega*</b>
Documento técnico A, contendo estudo avaliativo relativo aos empenhos realizados à conta do Programa PAC Seleções Obras 2024, nos anos de 2024 e 2025, incluindo avaliação de percentuais de empenho alocados frente ao valor total de investimento a cargo do FNDE, para os municípios e estados do país, identificando fatores condicionantes ou gargalos administrativos que impactaram o ritmo dos processos de empenho.	40 dias
Documento técnico B, contendo estudo avaliativo relativo aos empenhos realizados à conta do Programa PAC Seleções Obras 2025, no ano de 2025, incluindo avaliação de percentuais de empenho alocados frente ao valor total de investimento a cargo do FNDE, para os municípios e estados federados do país, identificando fatores condicionantes ou gargalos administrativos que impactaram o ritmo dos processos de empenho.	115 dias
Documento técnico C, contendo estudo avaliativo relativo aos empenhos realizados, nos anos de 2023 a 2025, à conta do Programa Pacto pela Retomada de Obras da Educação Básica, incluindo avaliação de percentuais de empenho alocados frente ao valor total de investimento a cargo do FNDE, para os municípios e estados federados do país, identificando fatores condicionantes ou gargalos administrativos que impactaram o ritmo dos processos de empenho.	175 dias
Documento técnico D, contendo estudo avaliativo relativo aos empenhos realizados, nos anos de 2023 a 2025, à conta do Programa PAC, obras em andamento, incluindo avaliação de percentuais de empenho alocados frente ao valor total de investimento a cargo do FNDE, para os municípios e estados federados do país, identificando fatores condicionantes ou gargalos administrativos que impactaram o ritmo dos processos de empenho.	230 dias

**5 INSUMOS**

Ao consultor será dado o apoio e material técnico necessário para o desenvolvimento dos trabalhos da consultoria em questão, bem como acesso às informações institucionais pertinentes ao objeto dos produtos.

Poderão ainda ser disponibilizados os seguintes insumos para a consultoria:

- Subsídio da equipe técnica do FNDE para a realização de reuniões de trabalho necessárias para a discussão do conteúdo e principais resultados do trabalho;
- Apoio da equipe técnica do FNDE para leitura do documento, críticas e sugestões;
- Disponibilização de informações importantes, de domínio do FNDE, para a execução do trabalho.

**6 - PROCESSO SELETIVO**

Para o processo seletivo, será constituída uma comissão específica, cujos trabalhos serão

realizados em consonância com este Termo, com as normas aplicáveis e em estreito alinhamento aos princípios aplicáveis à Administração Pública.

A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, obrigatoriamente, por um servidor da área de Cooperação Internacional do FNDE, um servidor da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGPEO), um representante que possua capacidade técnica no objeto; o Organismo Internacional Cooperante será convidado a participar do processo de seleção.

A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

#### **6.1 Análise curricular:**

- a) Nesta etapa será realizada somente a análise curricular;
- b) Os interessados deverão realizar o cadastro dos currículos na plataforma Roster (<https://roster.brasilia.unesco.org/app/selection-process-list>) e submeter sua candidatura na plataforma nas datas previstas no edital. Os anexos não serão considerados na análise curricular.
- c) Serão desconsiderados os currículos remetidos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no edital;
- d) Somente serão aceitos currículos cadastrados na plataforma Roster, submetidos/inscritos para o edital referente ao presente Termo de Referência, em português do Brasil
- e) Os currículos enviados fora do período indicado serão desconsiderados. Não serão aceitos currículos enviados por e-mail ou outro meio que não seja via plataforma Roster.
- f) Candidaturas encaminhadas tempestivamente via plataforma Roster serão analisadas pela Assessoria de Cooperação Internacional do FNDE, podendo contar com auxílio da CGPEO e de representantes que possuem capacidade técnica no objeto.
- g) A análise curricular valerá 70 (setenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO” deste edital.

#### **6.2 Entrevista:**

- a) Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados até o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas; salvo se houver empate nesta fase, caso em que poderão ser entrevistados além do triplo;
- b) A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 49 pontos;
- c) As entrevistas serão realizadas por videoconferência ou telefone, podendo ocorrer, ainda, presencialmente, em Brasília, no Edifício sede do FNDE, a critério da Comissão de Seleção;
- d) As convocações para as entrevistas serão realizadas pelo e-mail que constar no currículo cadastrado na plataforma Roster;
- e) A entrevista valerá 30 (trinta) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;
- f) A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe.

#### **6.3 Análise documental/convocação:**



- a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas de Análise Curricular e Entrevista, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;
- b) A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista, não podendo, o candidato, zerar a fase de entrevista;
- c) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;
- d) Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e comunicado à comissão de seleção;
- e) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis” conforme o tópico “Requisitos Mínimos de Qualificação”.
- f) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;
- g) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;
- h) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- i) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;
- j) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;
- k) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

#### **6.4 Critérios de desempate**

Caso haja empate entre os candidatos após a entrevista, deverão ser considerados para o desempate, os critérios elencados abaixo, na exata ordem a seguir:

- a) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na experiência profissional em atividades relacionadas à análise e produção de relatórios, no âmbito de programas, projetos ou ações no setor público ou privado.
- b) O candidato que tiver obtido o maior número de pontos na etapa de entrevista;

## **6 REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO**

### **7.1. Obrigatórios:**

- a) **Formação Acadêmica:** Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.



**b) Formação Acadêmica:** Certificado de pós-graduação, em nível de Especialização, em cursos relacionados à gestão no âmbito público e/ou na área da Educação, fornecido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

**c) Experiência profissional** mínima 3 (três) anos em atividades relacionadas à análise e produção de relatórios, no âmbito de programas, projetos ou ações no setor público.

## 7.2. Desejáveis:

**a) Experiência profissional** em atividades relacionadas a processos de acompanhamento de políticas públicas, no âmbito público, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

**b) Experiência profissional** em levantamento de informações e elaboração de diagnóstico no âmbito de programas, projetos ou ações no setor público.

## 8– TABELA COM CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

### Críticos de Avaliação Técnica – Pessoa Física

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Formação Acadêmica	<p><b>Obrigatório</b> Diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação;</p> <p><b>Obrigatório:</b> certificado de conclusão de pós-graduação em nível de especialização, devidamente registrados, em cursos relacionados à gestão no âmbito público e/ou na área da Educação, fornecidos por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.</p>	<p>[100%] 10 pontos: Doutorado em cursos relacionados à gestão no âmbito público e/ou na área da Educação;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: Mestrado em cursos relacionados à gestão no âmbito público e/ou na área da Educação;</p> <p>[70%] 7 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização em cursos relacionados à gestão no âmbito público e/ou na área da Educação.</p>	10
2	Experiência profissional	<p><b>Obrigatório</b> experiência profissional mínima de 3 (anos) em atividades relacionadas à análise e produção de relatórios, no âmbito de programas, projetos ou ações no setor público.</p>	<p>[100%] 30 pontos: 5 ou mais anos de experiência</p> <p>[85%] 25,5 pontos: 4 anos de experiência</p> <p>[70%] 21 pontos: 3 anos de experiência.</p>	30
		<p><b>Desejável</b> experiência profissional em atividades relacionadas a processos de acompanhamento de políticas públicas, no âmbito público, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.</p>	<p>[100%] 20 pontos: 4 anos ou mais de experiência;</p> <p>[85%] 17 pontos: 3 anos de experiência;</p> <p>[70%] 14 pontos: 2 anos de experiência.</p>	20
		<p><b>Desejável</b> experiência profissional em levantamento de informações e elaboração de diagnóstico no âmbito de programas, projetos ou ações no setor público.</p>	<p>[100%] 10 pontos: 3 anos ou mais de experiência;</p> <p>[85%] 8,5 pontos: 2 anos de</p>	10

			experiência; [70%] 7 pontos: 1 ano de experiência.	
3	Entrevista	Apresenta capacidade de identificar e implementar soluções viáveis dentro de prazos definidos.	[100%] 5,0 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	05
		Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	[100%] 5,0 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito. [85%] 4,25 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito. [70%] 3,5 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	05
		Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	[100%] 20 pontos: Excelente evidência de que atende ao requisito; [85%] 17 pontos: Forte evidência de que atende ao requisito; [70%] 14 pontos: Evidência satisfatória de que atende ao requisito.	20
PONTUAÇÃO TOTAL				100

## 09 – DISPOSIÇÕES GERAIS

A UNESCO contrata consultores especialistas quando existe uma necessidade temporária, de curto prazo e de caráter não continuado, em conformidade com seu manual de recursos humanos e demais regras e procedimentos administrativos e, em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

A execução dos trabalhos previstos neste TOR – Termo de Referência – não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sem benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente



informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

**10 – LOCAL DE TRABALHO:** Brasília, DF.

Brasília/DF, abril de 2026.